



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista do Ministério Público
Especialidade Direito

Nome do Candidato

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação ou questão aberta.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação ou questão aberta e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Instruções: Para responder às questões de números 1 a 10, considere o texto a seguir.

Jornalismo e universo jurídico

É frequente, na grande mídia, a divulgação de informações ligadas a temas jurídicos, muitas vezes essenciais para a conscientização do cidadão a respeito de seus direitos. Para esse gênero de informação alcançar adequadamente o público leitor leigo, não versado nos temas jurídicos, o papel do jornalista se torna indispensável, pois cabe a ele transformar informações originadas de meios especializados em notícia assimilável pelo leitor.

Para que consiga atingir o grande público, ao elaborar uma notícia ou reportagem ligada a temas jurídicos, o jornalista precisa buscar conhecimento complementar. Não se trata de uma tarefa fácil, visto que a compreensão do universo jurídico exige conhecimento especializado. A todo instante veem-se nos meios de comunicação informações sobre fatos complexos relacionados ao mundo da Justiça: reforma processual, controle externo do Judiciário, julgamento de crimes de improbidade administrativa, súmula vinculante, entre tantos outros.

Ao mesmo tempo que se observa na mídia um grande número de matérias atinentes às Cortes de Justiça, às reformas na legislação e aos direitos legais do cidadão, verifica-se o desconhecimento de muitos jornalistas ao lidar com tais temas. O campo jurídico é tão complexo como alguns outros assuntos enfocados em segmentos especializados, como a economia, a informática ou a medicina, campos que também possuem linguagens próprias. Ao embrenhar-se no intrincado mundo jurídico, o jornalista arrisca-se a cometer uma série de incorreções e imprecisões linguísticas e técnicas na forma como as notícias são veiculadas. Uma das razões para esse risco é lembrada por Leão Serva:

Um procedimento essencial ao jornalismo, que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra, é a redução das notícias a paradigmas que lhes são alheios, mas que permitem um certo nível imediato de compreensão pelo autor ou por aquele que ele supõe ser o seu leitor. Por conta desse procedimento, noticiários confusos aparecerão simplificados para o leitor, reduzindo, conseqüentemente, sua capacidade real de compreensão da totalidade do significado da notícia.

(Adaptado de Tomás Eon Barreiros e Sergio Paulo França de Almeida. <http://jus2.uol.com.br.doutrina/texto.asp?id=1006>)

1. Uma das razões para a dificuldade de se veicularem notícias atinentes ao campo jurídico está
- (A) na inexistência de técnicas de comunicação adequadas à abordagem de temas que exigem conhecimento especializado.
 - (B) no baixo interesse que os temas desse campo do conhecimento costumam despertar no público leigo.
 - (C) na problemática tradução da linguagem do mundo da Justiça para uma linguagem que o leigo venha a compreender.
 - (D) no frequente equívoco de considerar um assunto eminentemente técnico como questão de interesse público.
 - (E) na improbidade de jornalistas que se dispõem a pontificar em assuntos que lhes são inteiramente alheios.

2. Ainda no trecho de Leão Serva, a expressão *Por conta desse procedimento* pode ser substituída, sem prejuízo para a correção e o sentido da passagem, por:
- (A) Conquanto seja considerado o procedimento.
 - (B) A par deste procedimento.
 - (C) Tendo por alvitre o mesmo procedimento.
 - (D) No influxo de tal procedimento.
 - (E) Em que pese a esse procedimento.

3. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) Não são fáceis de traduzir em palavras simples um universo linguístico tão especializado como o de certas áreas técnicas.
 - (B) Sempre haverá de ocorrer deslizes, ao se transpor para a linguagem do dia-a-dia o vocabulário de um campo técnico.
 - (C) Cabe aos jornalistas transformar informações especializadas em notícias assimiláveis pelo grande público.
 - (D) Restam-lhes traduzir assuntos especializados em palavras que os leigos possam compreender já à primeira leitura.
 - (E) Exigem-se dos jornalistas que mostrem competência e flexibilidade na passagem de uma linguagem para outra.

4. Considere as seguintes afirmações:
- I. A expressão *buscar conhecimento complementar* sugere, no contexto do 2º parágrafo, a necessidade de atribuir aos juristas mais eminentes a tarefa de divulgar notícias do mundo jurídico.
 - II. No segmento *que também possuem linguagens próprias* (parágrafo 3º), a palavra sublinhada assinala que a imprensa dispõe, como outros campos da mídia, de uma linguagem específica.
 - III. Na expressão *ao embrenhar-se no intrincado mundo jurídico* (parágrafo 3º), os dois termos sublinhados dão ênfase ao risco de desnorтеio que oferece uma matéria específica ao jornalista que pretende simplificá-la.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

5. O trecho citado de Leão Serva ressalta o fato de que
- (A) a inobservância dos paradigmas da imprensa leva muitos jornalistas a simplificarem excessivamente a complexidade da matéria de que tratam.
 - (B) as características do jornalismo levam muitos profissionais da imprensa a submeter uma matéria específica a paradigmas de outra área.
 - (C) a profissão de jornalista leva o homem de imprensa a se familiarizar com paradigmas que norteiam outros campos de atuação.
 - (D) a investigação de assuntos muito específicos faz com que o jornalista descure dos paradigmas de seu próprio campo de atuação.
 - (E) os jornalistas são levados à incompreensão de muitos fatos quando se limitam aos paradigmas próprios do universo desses fatos.



6. Transpondo-se para a voz passiva o segmento *Para esse gênero de informação alcançar adequadamente o público leitor leigo*, a forma verbal resultante será
- (A) ser alcançado.
(B) vier a alcançar.
(C) tenha alcançado.
(D) fosse alcançado.
(E) tenha sido alcançado.
-
7. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Haverá alteração de sentido caso se **suprimam** as vírgulas do segmento *Um procedimento essencial ao jornalismo, que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra, é a redução das notícias (...)*.
- II. Ainda que opcional, seria desejável a colocação de uma vírgula depois da expressão *Ao mesmo tempo*, na abertura do 3º parágrafo.
- III. Na frase *Não se trata de uma tarefa fácil, visto que a compreensão do universo jurídico exige conhecimento especializado*, pode-se, sem prejuízo para o sentido, substituir o segmento sublinhado por **fácil: a compreensão**.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, somente.
(B) I, somente.
(C) I, II e III.
(D) I e III, somente.
(E) I e II, somente.
-
8. *Ao mesmo tempo que se observa na mídia um grande número de matérias atinentes às Cortes de Justiça, às reformas na legislação (...)*
- NÃO** se mantém o emprego de às, no segmento acima, caso se substitua *atinentes* por
- (A) relativas.
(B) pautadas.
(C) alusivas.
(D) concernentes.
(E) referentes.
-
9. Traduz-se de modo claro, coerente e correto uma ideia do texto em:
- (A) Sem mais nem porque, alguns jornalistas passam a considerar-se aptos na abordagem de assuntos especializados, daí advindo de que muitas de suas matérias desvirtuam a especificidade original.
- (B) Em sua citação, Leão Serva propõe que a incompreensibilidade de muitas matérias jurídicas na imprensa deve-se ao procedimento redutor que leva um jornalista a incapacitar-se para aprender a totalidade da notícia.
- (C) A complexidade do universo jurídico é de tal ordem, tendo em vista a alta especialização de seu vocabulário, razão pela qual um jornalista vê-se em apuros ao traduzir-lhe.
- (D) Não apenas o campo jurídico: também outras áreas, como a economia ou a medicina, onde se dispõem de termos específicos, suscitam sérios desafios à linguagem jornalística.
- (E) Há matérias especializadas que exigem dos jornalistas uma formação complementar, para que possam traduzir com fidelidade os paradigmas dessas áreas.
-
10. A flexão dos verbos e a correlação entre seus tempos e modos estão plenamente adequadas em:
- (A) Se um jornalista decidir pautar-se pela correção das informações e se dispor a buscar conhecimento complementar, terá prestado inestimável serviço ao público leitor.
- (B) Todo equívoco que sobrevir à precária informação sobre um assunto jurídico constituiria um desserviço aos que desejarem esclarecer-se pelo noticiário da imprensa.
- (C) As imprecisões técnicas que costumam marcar notícias sobre o mundo jurídico deveriam-se ao fato de que muitos jornalistas não se deteram suficientemente na especificidade da matéria.
- (D) Leão Serva não hesitou em identificar um procedimento habitual do jornalismo, a “redução das notícias”, como tendo sido o responsável por equívocos que vierem a tolher a compreensão da matéria.
- (E) Seria preciso que certos jornalistas conviessem em aprofundar seus conhecimentos na área jurídica, para que não seguissem incorrendo em equívocos de informação.
-
- Noções de Informática**
11. As “Linhas a repetir na parte superior” das planilhas MS Excel, em todas as páginas impressas, devem ser referenciadas na caixa Configurar página e aba Planilha abertas pelo botão
- (A) Imprimir área, na aba Inserir.
(B) Imprimir títulos, na aba Layout de página.
(C) Imprimir área, na aba inserir.
(D) Imprimir títulos, na aba inserir.
(E) Inserir quebra de página, na aba Inserir.
-
12. Dadas as células de uma planilha do BrOffice.org Calc, com os conteúdos correspondentes: A1=1, B1=2, C1=3, D1=4 e E1=5, a função =SOMA(A1:D1B1:E1) apresentará como resultado o valor
- (A) 6.
(B) 9.
(C) 10.
(D) 14.
(E) 15.
-
13. O cabeçalho ou rodapé pode conter, além de número da página, a quantidade total de páginas do documento MS Word, escolhendo o modelo Página X de Y inserido por meio da aba
- (A) Layout da página, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
(B) Layout da página, do grupo Número de página e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
(C) Inserir, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Número da página.
(D) Inserir, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
(E) Layout da página, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Número da página.



14. Um texto relacionado em um documento do editor BrOffice.org Writer e definido com a opção de rotação a 270 graus será girado em

- (A) 60 graus para a direita.
- (B) 60 graus para a esquerda.
- (C) 90 graus para a direita.
- (D) 90 graus para a esquerda.
- (E) 270 graus para a direita.

Organização do Ministério Público

15. Considere as seguintes afirmações sobre disposições gerais da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público:

- I. Lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Tribunais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- II. A organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios serão objeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União.
- III. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- IV. As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, não se sujeitando o Ministério Público à competência dos Tribunais de Contas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

16. Sobre a disciplina dos procedimentos para apuração de infração disciplinar de membro do Ministério Público, prevê a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Sergipe que

- (A) deve ser instaurado processo administrativo sumário, como condição de processo administrativo ordinário, na hipótese de ato que possa acarretar a perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.
- (B) todo processo deve ser precedido de sindicância, para apuração de falta disciplinar, independentemente da natureza da falta ou das circunstâncias do caso.
- (C) a apuração é feita mediante processo administrativo ordinário, quando a caracterização da falta funcional depender de prévia apuração.
- (D) deve ser adotado o processo administrativo sumário, quando cabíveis as penas de advertência e censura.
- (E) sindicância é cabível nas hipóteses de aplicação das penas de suspensão, disponibilidade por interesse público e demissão, enquanto perdurar o estágio probatório.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

17. A Constituição brasileira de 1824 previa, em seus artigos 174 e 178:

“Art. 174. Se passados quatro anos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer, que algum dos seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Câmara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte deles.”

“Art. 178. É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos Poderes Políticos e aos Direitos Políticos e individuais dos Cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias.”

Depreende-se dos dispositivos acima transcritos que a Constituição brasileira do Império

- (A) era do tipo semirrígida, quanto à alterabilidade de suas normas, diferentemente da Constituição vigente, que, sob esse aspecto, é rígida.
- (B) previa hipótese especial de revisão constitucional, semelhante àquela contemplada no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição vigente, quanto a prazo e quorum para exercício do poder de revisão.
- (C) impunha limites temporais, materiais e circunstanciais ao exercício regular do poder de reforma constitucional, a exemplo do que se tem na Constituição vigente.
- (D) exigia *quorum* de maioria qualificada para proposição de emendas à Constituição por membros do Legislativo, diferentemente da Constituição vigente, que admite iniciativa isolada de parlamentares para proposta de emenda.
- (E) poderia ser classificada como sintética e histórica, em oposição à Constituição vigente, que é analítica e dogmática.

18. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina constitucional das hipóteses e do procedimento da intervenção federal:

- I. A decretação de intervenção federal dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, para se assegurar a observância dos princípios constitucionais sensíveis, bem como no caso de recusa à execução de lei federal.
- II. Em observância ao princípio do equilíbrio federativo, a Constituição da República não contempla hipótese de intervenção da União em Municípios, mas apenas em Estados e no Distrito Federal.
- III. O Presidente da República deve solicitar autorização prévia ao Congresso Nacional para decretar intervenção federal, devendo este ser convocado, em caráter extraordinário, para deliberar sobre o pedido, no prazo de 24 horas, caso esteja em período de recesso.
- IV. Admite-se que seja decretada intervenção federal para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, mediante solicitação do Poder Legislativo ou Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.



19. Ao dispor sobre as limitações ao poder de tributar, estabelece a Constituição da República que é vedado aos entes da Federação
- instituir isenções de tributos da competência uns dos outros, ressalvada a hipótese de a União instituir isenção de tributos estaduais, com vistas a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.
 - cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, exceto para casos expressamente referidos na Constituição, como o do imposto sobre produtos industrializados.
 - cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, o que não se aplica, no entanto, em alguns casos, como o do imposto sobre a renda ou proventos de qualquer natureza.
 - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, admitida apenas distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, conforme denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
 - instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, estendendo-se esta vedação às autarquias e às fundações instituídas ou mantidas pelo poder público, no que se refere a patrimônio, renda e serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
20. Compete ao Supremo Tribunal Federal, conforme expressa previsão constitucional,
- processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
 - processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores ou entre estes e qualquer outro tribunal.
 - processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
 - julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem parte Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país.
 - julgar, mediante recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
21. Nos termos da Constituição da República, o Conselho Nacional do Ministério Público
- pode avocar processos disciplinares em curso, para conhecimento e parecer opinativo, devendo restituí-los aos órgãos de origem para decisão final, em respeito à competência disciplinar da instituição do Ministério Público.
 - tem, dentre seus membros, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - escolherá, em votação aberta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, admitida apenas uma recondução.
 - tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados, julgados há mais de um ano.
22. Dentre os direitos sociais, estabelece a Constituição da República que
- é assegurada à categoria dos trabalhadores domésticos a proteção em face da automação, na forma da lei.
 - é assegurada, nas empresas de mais de cem empregados, a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria que representa, sendo, contudo, facultativa sua participação nas negociações coletivas de trabalho.
 - é proibida a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
 - é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo, exceto nos casos de serviços ou atividades essenciais, em que a Constituição proíbe sua realização.
23. É garantia específica do direito à integridade física e mental dos indivíduos a previsão constitucional segundo a qual
- a lei considerará crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a prática de tortura.
 - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, extinguindo-se com sua morte a obrigação de reparar danos e a decretação do perdimento de bens.
 - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
 - não haverá penas de caráter perpétuo, salvo em caso de guerra declarada nos termos da Constituição.
 - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
24. Projeto de lei complementar de iniciativa popular, que disponha sobre a organização da Defensoria Pública da União, aprovado pela maioria absoluta dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional,
- é materialmente inconstitucional, na medida em que apenas os Estados estão autorizados, pela Constituição, a organizar carreira e órgãos de Defensoria Pública.
 - é compatível com a disciplina constitucional do processo legislativo.
 - padece do vício de inconstitucionalidade formal, por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.
 - somente poderá ser sancionado pelo Presidente da República se houver sido subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos 5 Estados.
 - deverá ser vetado pelo Presidente da República, por tratar de matéria reservada à lei complementar, cuja aprovação exige *quorum* de maioria qualificada de dois terços dos membros de cada Casa legislativa.



25. O cidadão que pretenda questionar ato considerado lesivo à moralidade administrativa, praticado pelo Prefeito do Município em que reside, pleiteando sua anulação,
- (A) poderá ajuizar *habeas data*, assegurada a gratuidade da ação, por se tratar de ato considerado necessário ao exercício da cidadania.
 - (B) tem legitimidade para propor ação popular, ficando isento de custas judiciais e ônus da sucumbência, salvo comprovada má-fé.
 - (C) deverá representar ao Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública, por faltar-lhe legitimidade para agir diante da ausência de prejuízo pessoal.
 - (D) poderá valer-se de mandado de segurança coletivo, em defesa do interesse público subjacente à demanda, desde que munido de prova pré-constituída da situação alegada em juízo.
 - (E) deverá valer-se da Defensoria Pública para a promoção de representação de inconstitucionalidade do ato perante o Tribunal de Justiça estadual.
26. Sobre a ação direta de inconstitucionalidade, é INCORRETO afirmar que
- (A) terá por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual questionado em face da Constituição da República.
 - (B) é da competência originária do Supremo Tribunal Federal processá-la e julgá-la, no exercício de sua atribuição de guarda da Constituição.
 - (C) as decisões definitivas de mérito nela proferidas produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.
 - (D) o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido.
 - (E) estão legitimados para sua propositura, dentre outros, o Procurador-Geral da República e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- Direito Administrativo**
27. A Administração Direta é definida como
- (A) soma das autarquias, fundações públicas e empresas públicas subordinadas ao governo de determinada esfera da Federação.
 - (B) nível superior da administração da União ou de um ente federado, integrada pela chefia do Poder Executivo e respectivos auxiliares diretos.
 - (C) corpo de órgãos, dotados de personalidade jurídica própria, vinculados ao Ministério ou Secretaria em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
 - (D) conjunto de pessoas jurídicas de direito público subordinadas diretamente à chefia do Poder Executivo.
 - (E) conjunto de serviços e órgãos integrados na estrutura administrativa da chefia do Poder Executivo e respectivos Ministérios ou Secretarias.
28. A imprescritibilidade dos bens públicos implica a
- (A) continuidade de sua sujeição ao regime de direito público, mesmo se cedidos a particulares.
 - (B) necessidade de autorização legislativa para sua alienação.
 - (C) insuscetibilidade de o proprietário perder o domínio, em razão de usucapião.
 - (D) impossibilidade de recuperação de sua posse por meio de reintegração liminar.
 - (E) perenidade de sua existência no tempo.
29. Na definição do objeto da licitação, a autoridade licitante deverá levar em consideração, tanto quanto possível,
- (A) o fracionamento quantitativo do objeto da licitação, para permitir a realização de várias licitações idênticas em modalidades mais informais, ou mesmo para viabilizar a dispensa de licitação em razão do seu baixo valor.
 - (B) o interesse subjetivo dos possíveis interessados, permitindo-lhes agir durante a fase interna da licitação e contribuir para a definição das condições do certame.
 - (C) a concentração de diversas atividades em um único certame, ainda que essas atividades sejam técnica e economicamente independentes, de modo a diminuir os custos do procedimento licitatório.
 - (D) os princípios da legalidade e da economicidade, de modo a permitir a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de particular que já tenha vencido certame anterior, com objeto idêntico.
 - (E) a divisão do objeto em tantas parcelas quantas forem técnica e economicamente viáveis, para ampliar a competitividade do certame.
30. É modalidade de transferência da execução de serviço público a particulares, caracterizada pela contratualidade e pela possibilidade de revogação unilateral pelo poder concedente, a
- (A) encampação.
 - (B) autorização.
 - (C) permissão.
 - (D) reversão.
 - (E) delegação.
31. A Administração Pública pode editar atos administrativos e cumprir suas determinações sem necessidade de oitiva ou autorização prévia do Poder Judiciário ou de qualquer outra autoridade. Tem-se aí a definição de um dos atributos do ato administrativo, consistente na
- (A) auto-executoriedade.
 - (B) insindicalidade.
 - (C) inexorabilidade de seus efeitos.
 - (D) inafastabilidade do controle jurisdicional.
 - (E) presunção de legitimidade.
32. A ação de improbidade administrativa
- (A) não admite, se proposta pelo Ministério Público, a figura da encampação pela pessoa jurídica de direito público lesada.
 - (B) pode ser rejeitada pelo juiz após oitiva prévia do réu, antes da citação para apresentação de contestação.
 - (C) resultará, se procedente, na aplicação das sanções de perda da função pública, ressarcimento integral do dano e multa civil de até 2 (duas) vezes o valor do dano, seja qual for o ato de improbidade cometido.
 - (D) apenas poderá ser proposta após a conclusão de procedimento administrativo, instaurado após representação dirigida à autoridade superior do órgão ao qual vinculado o servidor que cometeu o ato de improbidade.
 - (E) prescinde da intervenção do Ministério Público, seja na qualidade de parte, seja na de fiscal da lei.



33. Considere as seguintes afirmações, relativas ao processo de desapropriação:

- I. no curso do processo, é vedado ao particular discutir o mérito da declaração de utilidade pública.
- II. é permitida a imissão provisória na posse, independentemente de depósito por parte do Poder Público.
- III. é permitida a fixação da indenização por acordo entre o Poder Público e o proprietário.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

34. A nomeação de servidor público do Estado de Sergipe para o exercício de cargo em comissão

- (A) implicará afastamento do cargo anteriormente ocupado, salvo hipótese de acumulação constitucionalmente permitida.
- (B) não traz consequências para o exercício do cargo anteriormente ocupado.
- (C) implicará exoneração do cargo anteriormente ocupado, em qualquer caso.
- (D) implicará afastamento do cargo anteriormente ocupado, em qualquer caso.
- (E) permitirá ao servidor a acumulação do cargo, optando pelos vencimentos de um deles.

35. De acordo com a Constituição Federal, o limite de remuneração aplicável aos servidores públicos do Poder Executivo estadual é

- (A) 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) do subsídio do Governador do Estado.
- (C) o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) o subsídio do Governador do Estado.
- (E) o subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça.

36. A alteração do contrato administrativo, para recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro,

- (A) é direito do contratado e pode ser por ele unilateralmente efetuada, dentro dos estritos limites da autorização legal.
- (B) pode ser efetuada por acordo das partes, mesmo que as condições para essa recomposição não estejam disciplinadas no contrato.
- (C) é direito do contratado e deve ser efetuada unilateralmente pela Administração, desde que prevista pelo próprio contrato.
- (D) é direito do contratado, mas depende de acordo entre as partes, podendo ser negado pela Administração por motivos de conveniência e oportunidade.
- (E) deve ser efetuada por acordo das partes, apenas se o contrato disciplinar as hipóteses e a forma em que essa recomposição deva se conduzir.

Direito Civil

37. José, três (03) anos antes de ser promovida sua interdição por incapacidade absoluta, recebeu a título de herança um imóvel urbano, de 500m² de área, o qual se achava na posse de Antonio, havia dois (02) anos e que, por inércia do antigo proprietário, o possuidor comportava-se como dono. Passados vinte (20) anos, desde a transmissão da propriedade a José, cujo curador também não tomou qualquer providência para desalojar Antonio, este promoveu ação de usucapião, a qual deverá ser julgada

- (A) improcedente, porque contra José, após sua interdição, não correu o prazo para a aquisição do domínio pretendido por Antonio.
- (B) improcedente, porque só pode ser adquirido pela usucapião imóvel urbano de área de até 250 m².
- (C) procedente, porque Antonio, a fim de perfazer o lapso temporal exigível, pode acrescer à sua posse o período de posse do antigo proprietário.
- (D) procedente, porque, decorridos mais de vinte anos de posse mansa e pacífica, o possuidor adquirira o imóvel pela usucapião.
- (E) improcedente, porque o prazo para a aquisição de bem imóvel pela usucapião é de trinta (30) anos.

38. Opera-se de pleno direito a sub-rogação

- (A) sempre que terceiro não interessado pagar a dívida hipotecária ou pignoratícia.
- (B) somente a favor do credor que paga a dívida do devedor comum.
- (C) em favor de terceiro não interessado, que paga a dívida sem o conhecimento do devedor.
- (D) em favor de terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- (E) sempre que terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver uma dívida.

39. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, pondo a lei a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro,

- (A) por isto o natimorto também adquire personalidade jurídica, transmitindo os bens que herdar para sua mãe.
- (B) porém, na sucessão testamentária, podem ser chamados a suceder os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão.
- (C) o qual, porém, não herdará os bens do pai, se este morrer antes de seu nascimento.
- (D) por isto não se pode beneficiar em testamento pessoa não concebida até a morte do testador.
- (E) mas se pode aquinhoar em testamento a prole eventual, de quem já for concebido no momento da abertura da sucessão do testador.

40. São anuláveis os negócios jurídicos praticados pelos

- (A) menores de dezesseis anos.
- (B) que, por deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (C) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (D) menores de dezoito anos emancipados.
- (E) que, por causa transitória, não puderam exprimir sua vontade.



41. Sobre os alimentos no Direito de Família, considere:

- I. Se um dos cônjuges separados judicialmente vier a necessitar de alimentos, será o outro obrigado a prestá-los mediante pensão a ser fixada pelo juiz, caso não tenha sido declarado culpado na ação de separação judicial.
- II. Se a parte que deve alimentos em primeiro lugar não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato e sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, haverá solidariedade entre elas.
- III. Fixado juridicamente, o valor dos alimentos torna-se irredutível após o trânsito em julgado da sentença.
- IV. O direito a alimentos é irrenunciável.
- V. O novo casamento do cônjuge devedor não extingue a obrigação constante da sentença de divórcio, mas o casamento do credor faz cessar para o devedor o dever de prestar alimentos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, IV e V.

42. Na sucessão legítima, o direito de representação

- (A) na linha transversal, somente se dá em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.
- (B) somente se dá se não houver cônjuge sobrevivente.
- (C) em nenhuma hipótese alcança os parentes da linha colateral.
- (D) dá-se na linha reta ascendente, mas nunca na descendente.
- (E) somente se dá na linha reta descendente.

43. É nulo o casamento contraído

- (A) pelo divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.
- (B) do viúvo que se casar antes de dar a inventário os bens deixados pela mulher pré-morta.
- (C) por quem não completou a idade mínima para casar, podendo a declaração de sua nulidade ser promovida por qualquer interessado ou pelo Ministério Público.
- (D) por incompetência da autoridade celebrante.
- (E) com infringência de impedimento, e a declaração de sua nulidade pode ser promovida pelo Ministério Público.

44. Presume-se concebido na constância do casamento

- (A) somente o filho nascido cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal ou até trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal pela morte do marido.
- (B) o filho havido, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.
- (C) qualquer filho de pessoas que vierem a se casar.
- (D) o filho havido por fecundação artificial homóloga, somente se for vivo o marido, na data do seu nascimento.
- (E) o filho havido por inseminação artificial heteróloga, independentemente de autorização do marido.

Direito Processual Civil

45. Em ação de anulação de casamento, a intervenção do Ministério Público

- (A) em nenhuma hipótese é obrigatória, porque não há interesse público.
- (B) só ocorrerá se o juiz entender presente algum interesse público.
- (C) só será obrigatória se houver filhos incapazes.
- (D) é obrigatória, porque se trata de ação concernente ao estado da pessoa.
- (E) não será obrigatória, se as partes estiverem representadas por advogados constituídos, mas será obrigatória se pelo menos uma delas for representada pela Defensoria Pública.

46. Intervindo o Ministério Público como fiscal da lei no processo,

- (A) não poderá requerer diligências, se as partes delas se desinteressarem, mas poderá requerer a produção de provas.
- (B) terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos.
- (C) somente será intimado da sentença, para fins de interposição de eventual recurso.
- (D) terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- (E) não poderá requerer a produção de provas, se as partes também não houverem requerido.

47. Morrendo uma das partes no curso do processo, este

- (A) será extinto automaticamente sem apreciação do mérito.
- (B) será suspenso, pelo prazo máximo de seis (06) meses, aguardando a habilitação dos herdeiros que, se não ocorrer, acarretará sua extinção sem apreciação do mérito.
- (C) comportará a habilitação dos herdeiros, que deve ser promovida no prazo de trinta (30) dias sem a suspensão do processo, sob pena de sua extinção por inércia dos interessados.
- (D) será suspenso, salvo se já iniciada a audiência de instrução, tendo lugar a habilitação, se os interessados houverem de suceder-lhe.
- (E) continuará em andamento, desde que já formada a relação jurídica processual, até o trânsito em julgado da sentença, devendo ocorrer a habilitação dos herdeiros no momento de se promover o cumprimento da sentença.

48. Devem ser arguidas em preliminar da contestação

- (A) somente a incompetência absoluta e a incompetência relativa.
- (B) somente a conexão e a coisa julgada.
- (C) a incompetência absoluta, a coisa julgada e a conexão.
- (D) a incompetência absoluta, a incompetência relativa e a coisa julgada.
- (E) a incompetência relativa, a conexão e a coisa julgada.



<p>49. Quando o Ministério Público for parte, computar-se-á o prazo</p> <p>(A) em dobro para contestar, recorrer e apresentar contra-razões de recursos.</p> <p>(B) em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.</p> <p>(C) singelamente, salvo se, também, em razão de litis-consórcio, com advogados distintos, a outra parte tiver prazos em dobro.</p> <p>(D) em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer e apresentar contra-razões de recurso.</p> <p>(E) em quádruplo para contestar e para recorrer.</p>	<p>54. Caberá o recurso de agravo</p> <p>(A) das sentença terminativas.</p> <p>(B) dos despachos de mero expediente.</p> <p>(C) somente quando o procedimento for ordinário ou especial, mas não em procedimento sumário.</p> <p>(D) somente quando o juiz deixar de receber apelação, ou para agregar-lhe efeito suspensivo, quando recebida somente no efeito devolutivo.</p> <p>(E) das decisões interlocutórias.</p>
<p>50. Nos procedimentos de jurisdição voluntária</p> <p>(A) a iniciativa para iniciar o processo caberá exclusivamente ao Ministério Público.</p> <p>(B) não haverá citação, porque inexistem partes, mas interessados.</p> <p>(C) não cabe apelação da sentença.</p> <p>(D) em nenhuma hipótese caberá intervenção do Ministério Público, porque não há lide.</p> <p>(E) o juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais correta ou oportuna.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>55. No concurso formal,</p> <p>(A) os crimes devem ser da mesma espécie.</p> <p>(B) a pena de um dos crimes pode ser aumentada até dois terços.</p> <p>(C) a pena pode exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.</p> <p>(D) o agente pratica dois ou mais crimes por meio de uma ou mais ações ou omissões.</p> <p>(E) a extinção da punibilidade incide sobre a pena de cada crime.</p>
<p>51. Sobre a validade dos atos e termos processuais é correto afirmar que</p> <p>(A) não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.</p> <p>(B) a nulidade só pode ser arguida pelo Ministério Público, ou declarada de ofício pelo juiz, sendo vedado às partes suscitá-la.</p> <p>(C) o juiz não poderá anulá-los de ofício, se as partes concordarem com a manutenção de ato ou termo inválido.</p> <p>(D) sempre dependem de forma determinada, sendo inválidos caso não observada.</p> <p>(E) mesmo quando preencherem a finalidade essencial, sempre deverão ser repetidos, caso não tenha sido observada a forma usual.</p>	<p>56. A pena de multa pode ser imposta em substituição exclusiva da pena privativa de liberdade se esta for de até</p> <p>(A) um ano, não cabendo, porém, para o condenado reincidente.</p> <p>(B) seis meses, ainda que reincidente o condenado.</p> <p>(C) seis meses, não sendo reincidente o condenado.</p> <p>(D) um ano, não decorrendo eventual reincidência da prática do mesmo crime e a medida for socialmente recomendável.</p> <p>(E) dois anos, independentemente de reincidência.</p>
<p>52. Correm em segredo de justiça os processos</p> <p>(A) qualquer que seja a matéria neles tratada, se as partes, de comum acordo, requererem a manutenção do sigilo.</p> <p>(B) sempre que houver intervenção do Ministério Público, salvo nas ações coletivas.</p> <p>(C) somente quando o exigir o interesse público.</p> <p>(D) que dizem respeito a casamento, filiação, alimentos e guarda de menores.</p> <p>(E) apenas quando se tratar de ação de estado.</p>	<p>57. O dia do começo NÃO se inclui no cômputo do prazo no caso de</p> <p>(A) prescrição.</p> <p>(B) decadência.</p> <p>(C) intimação para oferecimento de resposta preliminar.</p> <p>(D) <i>sursis</i>.</p> <p>(E) livramento condicional.</p>
<p>53. A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo</p> <p>(A) fará coisa julgada, desde que constitua verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.</p> <p>(B) só fará coisa julgada, se tiver sido objeto de reconvenção.</p> <p>(C) não faz coisa julgada, salvo se promovida ação declaratória incidental, sendo o juiz competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.</p> <p>(D) sempre faz coisa julgada material.</p> <p>(E) só fará coisa julgada se também constituir motivo importante para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.</p>	<p>58. Para a solução de questões relacionadas a conflito aparente de normas, cabível a adoção do princípio da</p> <p>(A) subsidiariedade.</p> <p>(B) fragmentariedade.</p> <p>(C) anterioridade.</p> <p>(D) tipicidade.</p> <p>(E) culpabilidade.</p> <p>59. Adotada a teoria finalista da ação,</p> <p>(A) o dolo e a culpa integram a culpabilidade.</p> <p>(B) a culpa integra a tipicidade e o dolo a culpabilidade.</p> <p>(C) o dolo integra a punibilidade e a culpa a culpabilidade.</p> <p>(D) a culpa e o dolo integram a tipicidade.</p> <p>(E) o dolo integra a tipicidade e a culpa a culpabilidade.</p> <p>60. No estado de necessidade,</p> <p>(A) o agente pode responder pelo excesso doloso, mas não pelo culposos.</p> <p>(B) a situação de perigo não pode ter sido provocada por vontade do agente.</p> <p>(C) a reação contra agressão humana deve ser atual.</p> <p>(D) a ameaça só pode ser a direito próprio.</p> <p>(E) há extinção da punibilidade.</p>



<p>61. No caso de lesão corporal de natureza grave resultante de violência doméstica, a pena deve ser aumentada de</p> <p>(A) até metade. (B) um terço. (C) até um terço. (D) metade. (E) dois terços.</p>	<p>67. Contra a decisão de impronúncia cabe o recurso</p> <p>(A) de agravo. (B) de mandado de segurança. (C) de apelação. (D) em sentido estrito. (E) de carta testemunhável.</p>
<p>62. Aquele que solicita dinheiro a pretexto de influir em órgão do Ministério Público pratica o crime de</p> <p>(A) condescendência criminosa. (B) advocacia administrativa. (C) tráfico de influência. (D) patrocínio infiel. (E) exploração de prestígio.</p>	<p>68. No rito da Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais), quando obscura a sentença, cabíveis embargos de declaração no prazo de</p> <p>(A) cinco dias, suspendendo o prazo para o recurso. (B) cinco dias, não suspendendo o prazo para o recurso. (C) quinze dias, suspendendo o prazo para o recurso. (D) dez dias, não suspendendo o prazo para o recurso. (E) dez dias, suspendendo o prazo para o recurso.</p>
<p>63. NÃO constitui causa de extinção da punibilidade</p> <p>(A) a obediência hierárquica. (B) a preempção. (C) o perdão judicial. (D) a anistia. (E) o perdão do ofendido nos crimes de ação privada.</p>	<p>69. Deve ser pessoal a intimação do</p> <p>(A) advogado do querelante e do defensor nomeado. (B) assistente de acusação e do defensor constituído. (C) defensor nomeado e do Ministério Público. (D) advogado <i>ad hoc</i> e do defensor do querelante. (E) Ministério Público e do defensor constituído.</p>
<p>64. Quanto aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que</p> <p>(A) o estelionato não admite a figura privilegiada do delito. (B) a pena, na extorsão, pode ser aumentada até dois terços se praticada por duas ou mais pessoas. (C) o chamado "furto de uso", se aceito, não constituiria crime por falta de tipicidade. (D) há latrocínio tentado no caso de homicídio consumado e subtração tentada, segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal. (E) o emprego de arma de brinquedo qualifica o roubo, de acordo com Súmula do Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>70. Sentença absolutória imprópria é aquela em que o réu é</p> <p>(A) condenado, mas depois tem reconhecida a prescrição da pretensão punitiva. (B) absolvido por insuficiência de provas. (C) condenado, mas recebe perdão judicial. (D) absolvido, mas recebe medida de segurança. (E) absolvido em primeira instância e, provido recurso do Ministério Público, condenado pelo Tribunal.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>65. O inquérito policial</p> <p>(A) pode ser iniciado de ofício, ainda que se trata de crime de ação penal pública condicionada. (B) deverá terminar no prazo de dez dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante. (C) obedece ao contraditório. (D) tem rito próprio. (E) pode ser arquivado por ordem da autoridade policial.</p>	<p>71. NÃO constitui nulidade</p> <p>(A) o julgamento de <i>habeas corpus</i> em segunda instância, sem prévia intimação ou publicação de pauta. (B) a citação por edital de réu preso na mesma unidade da Federação. (C) a falta de intimação do advogado dativo para os atos instrutórios. (D) a não apreciação na sentença de tese subsidiária constante das alegações finais defensivas. (E) o patrocínio de defesas colidentes pelo mesmo advogado constituído.</p>
<p>66. Incabível a prisão temporária em caso de</p> <p>(A) roubo simples. (B) quadrilha ou bando. (C) homicídio simples. (D) cárcere privado. (E) furto qualificado.</p>	<p>72. Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que</p> <p>(A) indeferir pedido de indulto. (B) indeferir requerimento de prisão preventiva. (C) absolver sumariamente o réu. (D) conceder livramento condicional. (E) denegar mandado de segurança.</p>



73. Admitido o aditamento da denúncia, as partes poderão arrolar até
- (A) cinco testemunhas, realizando-se novo interrogatório do acusado.
 - (B) oito testemunhas, realizando-se novo interrogatório do acusado.
 - (C) três testemunhas, dispensado novo interrogatório do acusado.
 - (D) três testemunhas, realizando-se novo interrogatório do acusado.
 - (E) cinco testemunhas, dispensado novo interrogatório do acusado.
-
74. No procedimento previsto pela Lei nº 11.343/06 (Lei de Tóxicos),
- (A) o juiz, após receber a denúncia, ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de dez dias.
 - (B) não se admite o apelo em liberdade.
 - (C) o inquérito policial será concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso, e de noventa dias, quando solto, não se admitindo prorrogação.
 - (D) o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá arrolar até oito testemunhas.
 - (E) o acusado, na defesa prévia, poderá arguir preliminares, oferecer documentos, especificar provas e arrolar até cinco testemunhas.
-
- Direitos Difusos e Coletivos**
75. Configura situação em que a autorização judicial para viajar é indispensável aquela em que a criança ou o adolescente viaja
- (A) ao exterior, na companhia de sobrinho plenamente capaz e maior, mediante comprovação documental do parentesco alegado.
 - (B) à comarca localizada em outra unidade da federação, na companhia de pessoa maior, autorizada por escrito particular da mãe.
 - (C) à comarca localizada na mesma região metropolitana, na companhia de pessoa maior, autorizada por escrito particular do pai.
 - (D) ao exterior, na companhia da mãe, autorizado por escrito pelo pai, reconhecida a firma deste.
 - (E) à comarca contígua, na mesma unidade da federação, na companhia do tio, maior, mediante comprovação documental do parentesco alegado.
-
76. Constituem sanções administrativas, previstas no Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis às infrações das normas de defesa do consumidor, APENAS
- (A) multa, suspensão temporária de atividade e obrigação de indenizar.
 - (B) cassação de licença do estabelecimento, prisão dos gerentes da empresa e apreensão do produto.
 - (C) intervenção administrativa, multa e prisão dos gerentes da empresa.
 - (D) cassação do registro do produto junto ao órgão competente, obrigação de indenizar e intervenção administrativa.
 - (E) suspensão temporária de atividade, inutilização do produto e revogação de concessão ou permissão de uso.
-
77. Na hipótese de exercício abusivo da tutela de uma criança, o Ministério Público deverá
- (A) promover ação penal por enriquecimento ilícito.
 - (B) proceder a imediata internação da criança ou adolescente em entidade de atendimento.
 - (C) promover especialização e inscrição de hipoteca legal e exigir prestação de contas do tutor, sem prejuízo de promover ação de remoção do tutor.
 - (D) instaurar procedimento administrativo para nomeação de novo tutor, sem prejuízo das ações penais cabíveis.
 - (E) impor ao tutor o pagamento de multa arbitrada pela Instituição.
-
78. A educação ambiental deve ser oferecida
- (A) por meio da conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - (B) aos interessados, por meio de cursos de extensão universitária.
 - (C) no sistema regular e oficial de ensino e ao público em geral, a quem se garante o acesso gratuito a cursos especializados.
 - (D) no nível superior, apenas.
 - (E) em todos os níveis de ensino público.
-
79. Na cidade de Zamunda, empresa de refrigerantes local distribui, na cidade e em município vizinhos, lote de sua bebida mais vendida sem perceber grave defeito de fabricação. O Ministério Público local propõe ação coletiva em defesa dos interesses individuais homogêneos da população local, alegando tratar-se de interesses de natureza indivisível de titularidade dos habitantes daquela região. O processo é distribuído para a segunda vara daquela comarca. Julgada procedente a ação, sem qualquer recurso, o Ministério Público dá início à execução da sentença. Nesse caso,
- (A) a definição de interesses individuais homogêneos apresentada pelo Ministério Público está correta.
 - (B) o produto da condenação deverá reverter ao fundo municipal de defesa do consumidor.
 - (C) os direitos afetados pela ação da empresa e discutidos na ação são direitos coletivos.
 - (D) a ação deveria ter sido proposta no foro da comarca da capital do Estado.
 - (E) a execução da sentença independe de liquidação.
-
80. Instaurado procedimento administrativo pelo Ministério Público para verificação de ato atentatório aos direitos dos idosos, constituem-se em prerrogativas instrutórias da instituição requisitar, EXCETO:
- (A) documentos particulares de autoridades da administração indireta.
 - (B) intervenção das forças armadas para proceder a inspeções.
 - (C) intervenção das forças policiais para conduzir coercitivamente o depoente faltoso.
 - (D) documentos particulares de instituições privadas.
 - (E) informações particulares de instituições privadas.

